



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Inspeção de Controle Externo

TCDF - 4ª ICE/2ª DI	
Folha nº 2	
Processo	nº
1026/99	
Assunto	

PROCESSO Nº 1026/99

APENSO Nº 082-015000/97-GDF

ÓRGÃO DE ORIGEM: Fundação Educacional do DF - FEDF.

ASSUNTO: **Aposentadoria.**

EMENTA: Aposentadoria de JOSEFA RODRIGUES DA SILVA, matrícula nº 94.776-8, no cargo de Professor, Classe Única, Nível 3, Padrão 25F, nos termos do artigo 41, inciso III, alínea "b", e § 4º da LODF, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea "b" e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112/90, de acordo com o ato publicado no DODF de 17.07.98.

Ilegalidade.

Senhora Diretora:

Trata o presente processo da aposentadoria voluntária com proventos integrais de JOSEFA RODRIGUES DA SILVA, nos termos mencionados na ementa.

2. Integram os autos os seguintes documentos essenciais:

- Ato concessório: fls. 38/39 - apenso;
- Demonstrativo de tempo de serviço: fl. 31 - apenso;
- Abono provisório: fl. 71 - apenso.

3. Previamente, cumpre informar que a professora exerceu o cargo em comissão de Diretora do Centro Educacional 05 de Taguatinga, símbolo DF-09, no período de 19.01.95 a 05.01.98 (fls. 17, 22, 42/44 e 63 - apenso).

4. Segundo o demonstrativo de fl. 31 - apenso, a servidora conta com 25 anos, 03 meses e 18 dias para fins de aposentadoria, estando incluso nesse cômputo, para efeito de cumprimento do requisito temporal específico, o tempo de serviço exercido, a partir de 30.04.97 até 05.01.98, na função gratificada supramencionada. A par do constante no requerimento de fl. 26 - apenso e tendo-se em conta a interpretação restrita constante da Decisão nº 2566/97-TCDF, conclui-se, que o referido tempo exercido em cargo comissionado, 251 dias, foi considerado para concessão da aposentadoria especial de magistério com esteio na Lei distrital 1816/98.

5. Urge trazer a lume entendimento firmado por esta C. Corte ao proferir a aludida decisão, no sentido de que é computado, para fins de aposentadoria especial de professor, o tempo de serviço exercido até 29/04/97, sob a orientação fixada no Processo nº 5019/92 e, a partir dali, com a contagem na forma da Decisão nº 7638/96, qual seja, exclusiva contagem do tempo de exercício em sala de aula. Esse entendimento está corroborado na Decisão nº 2766/97-TCDF, Processo nº 104/97.

6. A Administração, ao considerar a contagem do tempo em "funções pedagógicas" para fins de aposentadoria especial, recorreu à aplicação da Lei



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Inspeção de Controle Externo

TCDF - 4ª ICE/2ª DI	
Folha nº 3	
Processo	nº
1026/99	
Rubrica	

1816/98, de acordo com a conceituação ali fixada. Oportuno trazer à colação o que dispõe o seu artigo 5º, *verbis*:

“Art. 5º - O servidor ocupante de cargo efetivo de Professor da carreira Magistério Público do Distrito Federal, quando investido em função de natureza pedagógica, faz jus à contagem desse tempo para o fim de aposentadoria especial.

§ 1º Para os fins previstos nesta Lei, são consideradas funções gratificadas de natureza pedagógica as funções gratificadas de Diretor, Vice-diretor e Assistente de estabelecimento de ensino do quadro de pessoal da fundação Educacional do distrito Federal. (grifo nosso)

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se também ao professor que exerça atividade de idêntica natureza no âmbito da Secretaria de Educação/Fundação Educacional do Distrito Federal”

7. A aplicação da Lei 1816/98 teve sua constitucionalidade argüida por esta C. Corte, quando pronunciou-se na apreciação do Processo 3069/96, S. O. nº 3387, de 10/12/98. Na ocasião foi prolatada a Decisão nº 10645/98, cujos itens II, III e IV transcrevemos a seguir:

“I - tendo em conta a Súmula 347 do Supremo Tribunal Federal (STF), considerar que não guarda conformidade com o art. 40, inciso III, alínea “b”, da Constituição Federal o disposto nos artigos 5º e 6º da Lei Distrital nº 1.816, de 12 de janeiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 19.036/98, por afronta ao entendimento externado pelo STF e ao ordenamento jurídico vigente sobre a matéria e, ainda, à Decisão nº 2566/97;

II - com esteio na Súmula 347 do STF, informar ao Chefe do Poder Executivo, à Câmara Legislativa do DF, à Secretaria de Educação e à Fundação Educacional do Distrito Federal que o Tribunal negará validade aos atos praticados com base na Lei nº 1.816, de 12 de janeiro de 1998, remetendo-lhes cópias do inteiro teor do Relatório/Voto e desta decisão;

III - manter o entendimento esposado na Decisão nº 2566/97, exarada na Sessão de 29.04.97;”

8. A súmula supracitada proclama a possibilidade de o Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do poder público. Portanto, embora não seja competência do Tribunal de Contas apreciar a constitucionalidade da lei em tese, haverá de negar a sua aplicação ao caso concreto quando inconstitucional, como o fez ao proferir a Decisão nº 10645/98, já mencionada.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Inspeção de Controle Externo

TCDF - 4ª ICE/2ª DI	
Folha nº 4	
Processo	nº
1026/99	
Assinatura	

9. Com efeito o tempo de serviço prestado no período de 30.04.97 a 05.01.98, em cargo comissionado de Diretora, não se aproveita para fins de aposentadoria especial de magistério, posto que contrário ao preceito constitucional (art. 40, III, "b"), cuja aplicação está restrita ao exercício em sala de aula, consoante entendimento fixado pela Suprema Corte, bem como em desacordo à Decisão 2566/97-TCDF. Resta, desse modo, prejudicado o requisito temporal exigido à espécie e, conseqüentemente, ilegal o ato concessório.

10. Pelo exposto, sugere-se:

I - considerando a prerrogativa deferida pela Súmula 347, do STF, afastar, por inconstitucional, a aplicação do art. 5º, § 1º, da Lei-DF 1816, DE 12/01/98, em consonância com a Decisão nº 10645/98-TCDF;

II - considerar ilegal a concessão em exame, com recusa do registro, por ausência de requisito temporal;

III - determinar à Fundação Educacional do DF adotar, no prazo de 30 (trinta) dias, as providências necessárias ao exato cumprimento da lei (art. 78, X, da LODF), o que será objeto de verificação em futura auditoria.

À consideração superior.

Brasília, 08 de abril de 1999.

Francisco Joscely T. Albuquerque
Analista de Finanças e Controle Externo
Mat. nº 521-5